

MUROS FÍSICOS E SIMBÓLICOS

Fronteiras e territorialidades no espaço urbano informal

SYMBOLIC AND SOLID WALLS

Borders and territoriality in the informal urban space

Resumo: As favelas expõem a desigualdade social e econômica das cidades brasileiras em uma condição de “proximidade” que acentua, em determinados setores, a necessidade do estabelecimento de uma nítida fronteira física e simbólica entre a favela e a cidade formal.

Desta tensão, produzida na necessidade de partilha do espaço e ligada ao medo e à desconfiança do “outro”, se desenvolvem ações buscando um maior controle do espaço informal e uma definição mais clara de suas fronteiras, como forma de amenizar o choque da partilha do espaço urbano entre populações que coexistem com acentuada iniquidade.

Palavras-chave: Favela, Produção do espaço, Segregação espacial, Fronteiras.

Abstract: The slums expose the social and economic inequality, perceived in the Brazilian cities, through a condition of “proximity” which stresses, in certain sectors, the need to establish a clear boundary between the formal city and the slum. This tension, produced by the sharing space, and linked to the fear of the “other”, develops an action seeking greater control of informal spaces, and to establishes a clearer definition of its borders, as a way to soften the shock of shared urban space among populations that coexist with marked inequality.

Keywords: Slums, Production of space, Borders, Spatial segregation.

Introdução

A forte desigualdade social, presente nas grandes cidades brasileiras, estrutura uma lógica de localização diferenciada das moradias que impulsiona as camadas de baixa renda em direção aos locais mais afastados dos centros urbanos e políticos (DIAS, 2006). Ocupam, assim, áreas com menor infraestrutura e menos valorizadas pelo mercado imobiliário, inscrevendo, de maneira estável, as relações socioeconômicas no território. “Pode-se inferir a existência de uma correlação entre a localização das pessoas e o seu nível social e de renda. Em outras palavras, pode-se dizer que, com exceção de alguns bolsões atípicos, o espaço urbano é diferentemente ocupado em função das classes em que se divide a sociedade urbana.” (SANTOS, 2007, p. 110).

Esta diferenciação se estabelece tradicionalmente entre áreas centrais e periféricas, promovendo uma relação de declínio gradativo do capital econômico e social. Entretanto, em determinadas situações, identificamos a produção de uma “periferia” próxima, situada nas franjas de ocupações urbanas centrais, que se aproveita de terrenos acidentados e menos valorizados pela indústria imobiliária para produzir ocupações informais que, embora precárias, conseguem gozar de relativa, ou mesmo grande, proximidade com áreas de renda mais elevada. A favela, ao ocupar esta condição de “proximidade”, acentua a tensão social existente na partilha do espaço e expõe a desigualdade social e econômica frente a frente.

Esta situação não se construiu em um movimento simples ou através de uma direção única e determinada. A sociedade formal, buscando se afastar das características de degradação e desordem associadas à pobreza urbana, “expulsou” o que era considerado anormal, sujo ou decadente. Deste modo, seja através de uma legislação sanitaria ou da falta de mecanismos includentes, o espaço das cidades se tornou cada vez mais restrito a esta população. Pelo lado oposto, os pobres urbanos buscavam permanecer na cidade, atraídos pelas oportunidades de trabalho e acesso a serviços. Porém, sem dispor de condições para se adaptar às regras impostas e em um esforço contra o “desaparecimento” que lhes era previsto nas periferias distantes, muitos reagiram através de um “desaparecimento” à sua maneira, se abrigando nas brechas desta mesma sociedade, nas formas “alternativas” que lograram articular como condição de sobrevivência no espaço urbano. Assim, a articulação das táticas soube conquistar espaços pouco visíveis, “esquecidos”, onde poderiam se situar, fora do foco e das luzes, abaixo do primeiro plano, no fundo desfocado da cena, mas ainda ali.

Com a difusão e o crescimento deste padrão de moradia, estas populações se tornam novamente significativas e reconhecíveis no espaço urbano e, desta forma, voltam a ser percebidas como um incômodo na cidade. Novamente se tornavam os responsáveis pelas imagens da desordem, da sujeira, da pobreza e do descontrole urbanos, mas, apenas desta vez, se encontravam concentrados em áreas específicas e não mais difusas no espaço da cidade. Esta concentração proporcionou uma maior organização desta população em torno de seus interesses e, principalmente, a percepção de que configuravam um coletivo reunido em torno da precariedade habitacional partilhada.

Esta nova situação requeria outra maneira de abordar o problema: as classes de menor renda reivindicavam não serem mais vistas como uma degenerescência ou como mero fornecimento de mão-de-obra para a cidade luminosa. Exigiam, finalmente, serem compreendidas como consumidores e eleitores possuidores de, ainda que limitada, força política. Deste modo as favelas são progressivamente entendidas como uma estrutura permanente e constituinte da cidade. Com isto, as imagens da pobreza, da desordem e da violência, associadas a estas, se tornam parte integrante e definitiva da cidade, exigindo dos setores dominantes ações estratégicas no sentido de controlar e normatizar a sua presença no espaço urbano, além de um grande esforço no sentido de conter sua expansão, que era vista como um movimento constante e desenfreado.

Assim, veremos surgir, pela necessidade da partilha oficializada do espaço, uma série de movimentos que buscarão, de maneira paralela ou sucessiva, produzir ações de controle e delimitação para minimizar o choque desta coexistência, elaborados através: do controle da expansão e de uma nítida delimitação entre estes espaços; da remoção dos recentes acréscimos e do controle dos vetores de expansão para limitar sua dimensão territorial; da produção de barreiras e de adequações visuais capazes de reduzir

o impacto da presença deste padrão habitacional na cidade formal; e, finalmente, da reurbanização parcial ou total da área, inserindo-a nas normas e controles existentes para a cidade formal.

Entretanto, ainda que o espaço metropolitano seja nitidamente marcado pela inscrição territorial das linhas de divisão da sociedade, de forma que pertencer a um lado ou a outro não é uma questão indiferente (RIBEIRO, 2009), a situação de contato ou proximidade, ao mesmo tempo em que aguça e salienta as diferenças, permite a atuação de forças de um espaço sobre o outro. “Os diferentes campos ou espaços sociais fisicamente objetivados tendem a se sobrepor, ao menos grosseiramente: disso resultam densas concentrações de propriedades positivas ou negativas (estigmas) se opondo mutuamente em todos os aspectos numa verdadeira simbólica da distinção.” (BOURDIEU, 2008, p. 160).

Este artigo busca, portanto, analisar as práticas espaciais desenvolvidas na relação de proximidade/desigualdade entre estes dois espaços. Através do estudo de exemplos de ocupações informais, nas cidades do Rio de Janeiro (Rocinha, Maré, Santa Marta e Babilônia) e de Salvador (Novos Alagados), buscaremos estudar algumas ações percebidas no espaço que demonstram tentativas de delimitação, apagamento e controle que o espaço dominante exerce. Estas ações nos remetem a uma busca pelo estabelecimento de uma fronteira física ou simbólica entre a favela e a cidade formal que está ligada ao medo, à desconfiança do outro e ao choque da partilha do espaço urbano entre populações que coexistem com acentuada disparidade.

Por um lado, a partir da favela, a cidade formal é vista como um espaço opressivo, sujeito a controles, obrigações e censuras, fruto de uma “integração” em desequilíbrio, que os absorve como força de trabalho, extraindo o labor necessário, sem que isto signifique a partilha do espaço social. Neste contexto, seus moradores apresentarão uma relação com a cidade formal e com suas forças de ordem, que os inscreve como elementos estranhos, temporários e vigiados:

[...] os espaços arquitetônicos, cujas injunções mudas dirigem-se diretamente ao corpo, obtendo dele [...] a reverência, o respeito que nasce do distanciamento ou, melhor, do estar longe, à distância respeitosa, são, sem dúvida, os componentes mais importantes, em razão de sua invisibilidade [...], da simbólica do poder e dos efeitos completamente reais do poder simbólico. (BOURDIEU, 2008, p. 163).

Por outro lado, a cidade formal exercita as possibilidades de lidar com a incômoda convivência com tais “bolsões de pobreza”. Os estratos de renda mais elevada tendem a se concentrar de acordo com as melhores condições ambientais, paisagísticas e simbólicas. Uma situação que promove um processo de reconhecimento e de identificação socioeconômica estabelecida pela própria afirmação de status e valorização imobiliária, demonstrada pela ocupação que apresenta. Desta forma, interferências,

como a ocorrência de um núcleo de habitação popular, uma favela ou cortiço, nas proximidades, são capazes de turvar o reconhecimento socioeconômico e comprometer o valor comercial dos imóveis.

Desta forma a estratégia formal articula práticas que buscam esconder, vigiar e controlar: limitam a sua expansão, pela implantação de eco-limites, barreiras e confinamentos; invisibilizam através de “maquiagem” urbana, com a pintura de suas fachadas, mimetizando o ambiente urbano formal ou simplesmente impedindo a visão do espaço precário; controlam através de estrangulamentos de acessos e barreiras físicas e simbólicas em um processo que demonstra a necessidade de manter o controle da cidade, seja através da manutenção da “ordem” urbana, através dos padrões estéticos e sociais ou da sensação de segurança.

Maquiar o problema

Ainda que muitas vezes se apresentem travestidas de preocupações mais nobres, como a melhoria do espaço da própria favela, não é difícil perceber que a preocupação real de grande parte das intervenções operadas nas favelas se propõe, na verdade, a uma melhoria da qualidade espacial da cidade formal, entendida como manchada por aglomerações precárias, sujas e desordenadas.

Ações de reboco e pintura de fachadas em favelas podem esconder uma maneira de amenizar o estranhamento, produzido pela forte desigualdade social e urbana. Uma tentativa de “invisibilizar a realidade da favela, escondendo a feiura e o atraso, demonstrativos, entre outras coisas, daquilo que não se quer ver, a difícil situação do país e a incompetência em administrar soluções.” (SOUZA, 2007, p. 66). Assim a pintura esconde a precariedade por trás de um simulacro de espaço ordenado. Entretanto a própria execução, criando grandes painéis, que se estendem ao longo das fachadas, não respeitando a individualidade das moradias e construindo um “conjunto” harmônico e rígido, demonstra a intensão de inserir estes assentamentos na cidade sob a forma de uma imagem remota e estática, “uma espécie de pintura, separada da cena urbana vivida.” (SOUZA, 2007, p. 66).

Muitas vezes a ação externa se limita a intervenções nas áreas próximas e frontais, onde o contato com a cidade é mais direto e intenso, mantendo o miolo da ocupação quase intocado, atuando apenas as vias principais, que se conectam com a cidade. Uma forma de inserir estes assentamentos na paisagem de um modo deslocado, cada vez mais distante de uma real partilha do espaço, confirmando a integração desequilibrada com a qual se articulam com a cidade, das quais não seriam marginais ou excluídos, mas estabelecidos de forma distante dos centros de decisão e poder, assim como do acesso à infraestrutura e serviços, ainda que permaneçam interligados, tanto cultural como política e economicamente, à cidade formal (PERLMAN, 2002).

Tais intervenções não vão além de um trabalho de “maquiagem” urbana: “ações pontuais e fragmentadas [...] ao sabor do acaso ou dos interesses, e obedecendo a circunstâncias políticas, não transformam a vida dos moradores” (MAGALHÃES, 2010b), nos levando a buscar a motivação por trás de tais intervenções através da compreensão “sobre o quão profundamente a estética inacabada/pobre das casas faveladas atinge a sensibilidade e autoestima dos moradores do asfalto e dos governos.” (MAGALHÃES, 2010a).

A proposta de se pintar a favela não é nova, já no final da década de 1950 o diretor de Turismo da cidade do Rio de Janeiro propôs dar tinta para que os moradores pintassem os barracos. O samba *Favela Amarela*¹, de 1960, surgiu como um protesto à romantização do problema (LESSA, 2005), que gerou grande discussão na imprensa².

Através de uma mimetização com a cidade, esta postura tenta esconder a sujeira e a pobreza urbanas, que em última instância demonstram que há algo “corroído” nas raízes e por trás da aparente civilidade e da ordem urbana, fundadas na incapacidade de solução do problema pela inclusão universal da população na cidade que querem mostrar.

Diversas ações semelhantes foram desenvolvidas nas favelas do país, sejam de forma individual ou como parte de um programa maior: em junho de 2010, como parte das obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e com a conclusão da passarela da Rocinha, com projeto de Oscar Niemeyer, 60 casas, que se situam em condição de grande visibilidade para a autoestrada Lagoa-Barra, principal via do bairro de São Conrado, um dos bairros de renda mais alta da cidade, foram pintadas em cores vivas (Figura 1).



Figura 1: Favela da Rocinha, Rio de Janeiro, com as casas, apenas as voltadas para a avenida, rebocadas e pintadas.

Foto do autor.

No Santa Marta, o projeto de pintura da praça do Cantão, desenvolvido por dois artistas holandeses³, patrocinado por uma grande companhia de tintas, trouxe cores fortes para o local (Figura 2), que é um dos dois únicos pontos de contato intenso entre a favela e a cidade, que já haviam sido anteriormente objetos de uma ação semelhante, demonstrando a excessiva preocupação com a interface favela-cidade, em detrimento do resto da “comunidade”.

Eles fazem isto, fica bonito pra caramba, mas eles só fazem isto lá em baixo. Eu acho que eles fazem isto mais pra pessoas de fora, entendeu? Pra quem passa, pra verem como o morro melhorou, ver a obra que tão fazendo. (Alexandro, Morador do Santa Marta - Beco do Jabuti).

Só de andar, de olhar as casas aqui pra cima, pode ver que a obra que passou aqui é totalmente diferente da lá de baixo. (Alex, Morador do Santa Marta - Pico).



Figura 2: Panorama em 360° da Praça do Cantão, no Santa Marta, Rio de Janeiro, após o projeto de pintura.
Fonte: Favelapainting.org.

Esconder, invisibilizar e controlar

Em algumas situações encontramos intervenções que vão além do mimetismo e do disfarce, para lançar mão de recursos que não apenas escondem, mas são capazes de traçar uma barreira mais contundente fisicamente, para isolar e controlar.

No início de 2010, a prefeitura da cidade começou a instalar uma barreira, composta de placas de três metros de altura, em aço acrílico e concreto, que vão separar fisicamente as favelas das vias expressas, escondendo a pobreza de quem chega à cidade e isolando a violência desta em uma canhestra tentativa de contê-la no que é percebido como “seu local de origem” (Figuras 3 e 4).



Figuras 3 e 4: Instalação da barreira “acústica” na Linha Vermelha, “escondendo” parte da Favela da Maré.
Fotos do autor.

A intervenção realizada na Linha Vermelha, e prevista para ser instalada também na Linha Amarela, encobre a visão da favela da Maré, que margeia, por um longo trecho, um dos principais corredores de acesso da cidade, conectando o aeroporto internacional Tom Jobim à zona sul. Através desta obra, 7,7 km de barreiras vão isolar duas grandes vias expressas da cidade que já experimentaram episódios violentos, em que tiroteios e “arrastões” intensos chegaram a impedir temporariamente o trânsito das vias, dando à cidade uma sensação de insegurança por estar sitiada pela violência das favelas.

Esta iniciativa recebeu, no discurso oficial, uma “maquiagem” social, ao ser tratada como uma barreira acústica, destinada a conter o ruído dos automóveis para não incomodarem as moradias e para reduzir os riscos de atropelamento. Contudo, artigos na imprensa⁴ demonstram que a Secretaria de Segurança Pública espera uma redução do número de episódios violentos nas vias.

Em 2003, dois projetos de lei propunham ações semelhantes na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro: o Projeto de Lei n. 480, de autoria do deputado Dica, líder do Partido da Frente Liberal (PFL, na ocasião), previa a altura mínima de dois metros para as muretas divisórias das vias em áreas circunvizinhas às favelas, alegando o risco de assaltos, e o Projeto de Lei n. 1197, de autoria do deputado Cel. Jairo propunha um muro de concreto ao longo da Linha Vermelha, como forma de impedir assaltos e mortes por balas perdidas.

As intenções, colocadas nestes projetos de lei de forma clara e explícita, estão presentes nas outras iniciativas, porém de maneira mais sutil, se revestindo de ações mais nobres como a proteção ao ambiente. Entretanto, um projeto de contenção de favelas deste porte não pode esconder sua intenção de controle da população favelada, de sua expansão e mesmo movimentação.

Com isso, os objetivos eram múltiplos. Primeiramente, conter os corpos no interior do assentamento, cercando, restringindo sua permeabilidade com o lado de fora. Depois, banir sua imprevisibilidade, que tanto assusta o universo da razão, monitorando atos indesejáveis dos moradores, atrasando e dificultando seus movimentos, e desestimulando, assim, a intensificação do trânsito dentro-fora da favela. No limite, visam imobilizar os corpos e, nessa impossibilidade, monitorar seus movimentos, vigiando cada passo a partir do momento em que a fronteira é ultrapassada. (SOUZA, 2007, p. 66)

Demarcar, limitar, controlar...

A “barreira acústica” não foi a única iniciativa de barreiras físicas delimitando as favelas na cidade. Em maio de 2009, a prefeitura do Rio de Janeiro construiu um muro de três metros de altura e 634 metros de comprimento isolando o morro Santa Marta da mata que o circunda. O discurso oficial se apoiava na necessidade de conter o avanço das comunidades e proteger as áreas de mata nativa que cobrem as montanhas da cidade (GONÇALVES, 2010). Esta percepção pode ser percebida da fala de Ícaro Moreno:⁵

Percebemos que onde elas não cresceram, são locais onde havia limitadores físicos. A ideia é proteger a comunidade de um lado e a Mata Atlântica do outro. Fica mais fácil a fiscalização e ajuda a dimensionar as ações nas comunidades. (O GLOBO, 2009).

O projeto, anunciado no início de 2009, faz parte de um projeto mais amplo que propõe a construção de barreiras em outras 10 “comunidades”⁶, como uma resposta às frequentes críticas recebidas pela prefeitura pela alegada falta de controle da expansão das favelas e buscando uma alegada ação de limitação da ação da violência.

A ideia de limitar com muros as favelas é recorrente. Já em 1982, por iniciativa de um grupo de moradores do Alto da Gávea, bairro de alta renda que faz fronteira com a favela da Rocinha, ergueu-se um muro de 500 metros de comprimento e três de altura, entre a rua Sérgio Porto, na Gávea, e o rochedo do morro Dois Irmãos.

Mesmo dentro da esfera governamental o assunto não é recente. Durante a primeira gestão de César Maia (1993-1996), na prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, foi proposta a construção de limites físicos, batizados de eco-limites. Ainda que a proposta não tenha tido grande adesão, parece ter se estabelecido no ideário dos políticos cariocas, consolidando a visão de que crescimento da pobreza se combate com barreiras físicas. Em 2004, a prefeitura retomou a proposta (Figura 5), mas, desta vez, visando não apenas a ocupação irregular de barracos nas matas ao redor, mas também como forma de conter a fuga de criminosos pela floresta (RAMOS, 2009).



Figura 5: Muro do Santa Marta.
Foto do autor.

A justificativa de contenção do avanço em direção às matas parece perder grande parte de sua legitimidade no momento em que a prefeitura, através do Instituto Municipal Pereira Passos, constata um processo de redução da mancha ocupada por favelas na cidade, sendo computados, nos últimos dois anos, um encolhimento de 392 mil metros quadrados na área de ocupação informal. Seja através da saturação de espaços que permitam a expansão da ocupação, pelo controle exercido através dos mecanismos oficiais sobre os limites existentes ou mesmo devido ao movimento de remoções das ocupações, em áreas de risco ou de proteção ambiental, podemos perceber, de modo geral, uma alteração no movimento de crescimento da mancha informal, que passou, nos últimos anos, a recuar (Figura 6).



Figura 6: Trechos de matéria sobre a redução da área ocupada pelas favelas na cidade do Rio de Janeiro. Fonte: O Globo, 30.jan.2011.

Ainda que não possamos generalizar esta situação, visto que lidamos aqui com uma condição de enclaves em áreas de alta renda, portanto com ocupações submetidas a uma situação de grande controle e fortes pressões econômicas e políticas, é significativa a escolha do morro Santa Marta como a primeira favela a ser murada, quando esta não apresentava expansão de sua área ocupada há mais de uma década, apresentando, na verdade, um encolhimento de 1% entre os anos de 1998 e 2008, medidos pelo próprio Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos (IPP)⁸ (GONÇALVES, 2010).

Esta não é uma situação isolada. Uma matéria publicada n' *O Globo*, no início de 2011, trazia uma lista das 20 favelas que apresentavam as maiores taxas de redução da mancha informal na cidade, a partir de um levantamento realizado pela prefeitura, e, entre elas, figuravam três das ocupações que receberiam muros: Rocinha, Tabajaras e Babilônia. Uma situação que deixa claro que os propósitos de tais intervenções pouco têm a ver com a alegada limitação da expansão das favelas sobre as matas urbanas da cidade, mas muito mais com ações de controle sobre tais populações.

Este movimento de retração não significa necessariamente uma redução da pressão pela produção informal de moradias, mas sim que a expressão do fenômeno pode

adquirir, eventualmente, novas formas, principalmente em áreas submetidas à grande controle externo e pressões econômicas e políticas. Frente à grande mercantilização das ocupações centrais, parte da população mais precarizada busca espaço em novas ocupações, menos consolidadas, ainda que sob maiores riscos de remoção, como a favela Serra do Sol, na expansão periférica, assim como áreas nos limites das favelas podem perder população que se instalam no interior da mesma, gerando uma maior densidade das ocupações existentes, contrastando com uma aparente redução, proporcionada pelo processo de redução da mancha ocupada (Figura 7).

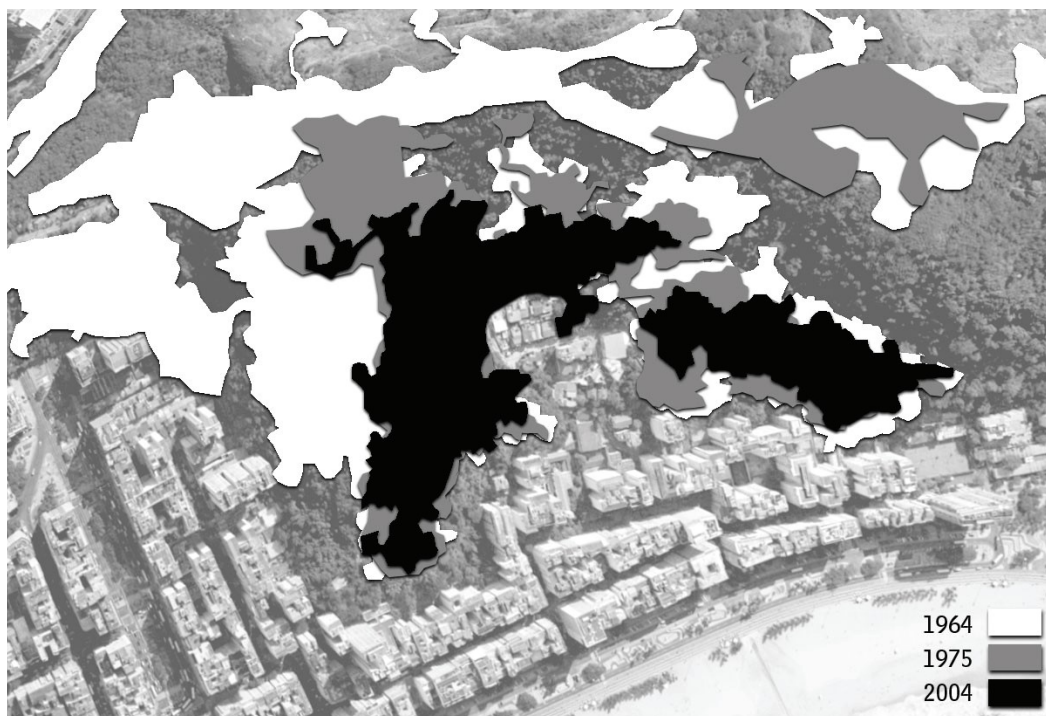


Figura 7: Retração histórica da mancha de ocupação do Babilônia.

Fonte: Levantamento aerofotogramétrico do Instituto Pereira Passos.

É esta situação que podemos perceber no morro da Babilônia, onde, apesar de identificarmos uma das maiores taxas de redução da área ocupada na cidade, nos últimos anos, podemos em contrapartida perceber, entre 2007 e 2010, um forte movimento de adensamento, através da ocupação dos espaços livres remanescentes e da elevação vertical das moradias.

As Figuras 8 e 9 permitem demonstrar este processo, através da comparação de imagens que apresentam o mesmo local, na área da Caixa d'Água, parte alta da favela, próxima e interna aos eco-limites, evidenciando uma grande transformação em um intervalo de menos de três anos.

Esta nova relação com os limites⁹ da ocupação informal não significa que as demarcações anteriores não representassem uma restrição ao avanço, principalmente nas áreas nas quais eram realizadas fiscalizações periódicas.

Pra descobrir onde estão os eco-limites não precisa nem procurar as marcações, basta olhar onde está construído em alvenaria e onde permanece de taipa e madeira. (Cesar, morador da Babilônia - Rua São Bento).

Na verdade estas fronteiras são constantemente testadas, através de ocupações que se estendem além do perímetro previsto, aguardando sua sorte: que pode ser expressa na remoção ou, através da permanência e consolidação da ocupação, na expansão da fronteira estável da favela. Nestas condições, principalmente nos enclaves em áreas de alta renda, onde, devido às pressões e ao controle externo, dificilmente surtem os efeitos desejados, permanecem precárias, sendo usadas como atendimento temporário às necessidades imediatas de moradia, enquanto se busca um espaço definitivo no interior da ocupação (Figura 10).



Figura 8: Trecho da Rua Boa Vista em fevereiro de 2008.
Foto do autor.



Figura 9: O mesmo trecho, em novembro de 2010.
Foto do autor.



Figura 10: Construções precárias contrastando com a alvenaria, evidenciando o perímetro do "eco-limite" na Babilônia.
Foto do autor.

No caso do Santa Marta, uma antiga cerca, na qual havia uma calha de escoamento de águas pluviais, demarcava o limite da favela, que sempre foi respeitado, não por se erguer como uma barreira intransponível, mas por estabelecer um limite claro, uma ordenação simbólica forte, em que um gesto de invasão, uma moradia, por menor que seja, ao se instalar para além de tal demarcação, se coloca em uma condição de forte visibilidade, sujeita ao controle exercido pela cidade, em um movimento no qual sua ação se isola do grupo, perdendo assim a força que a ação coletiva lhe fornecia.

Os moradores tinham a consciência de que tal prática não passaria sem reação, por isto a cerca, mesmo inexistente, continuou sendo respeitada por décadas. A Figura 11 demonstra a relação com o elemento limitador. Nesta imagem a ampliação da moradia pode ser percebida como um gesto ousado, que destoa facilmente do entorno, ainda que tome o cuidado de não impedir a passagem de pedestres. Entretanto, ainda assim, não ultrapassa o limite da vala. Esta intervenção já é fruto da perda da força simbólica que o limite visual nítido da calha impunha, a partir do estabelecimento de uma nova referência, elaborada com a construção do muro, erguido cerca de 5 metros além da linha original. Construção que serve, ao mesmo tempo, de parâmetro delimitador e de proteção visual às novas invasões que já começam a aparecer nesta faixa encoberta pela mata (Figura 12).



Figura 11: Antiga cerca que limitava o Santa Marta, já evidenciando o processo invasivo pós-muro.
Foto do autor.



Figura 12: Novas invasões, entre o antigo limite da calha e o muro, recém-construído.
Foto do autor.

Na mesma linha, Salvador também articulou as possibilidades de controle das ocupações através de uma delimitação perimétrica. Entretanto, a experiência soteropolitana apresentou uma intervenção baseada em características mais simbólicas do que físicas.

Logo após a intervenção de urbanização de Alagados, novas invasões começaram a surgir em direção à maré. As invasões se organizavam a partir dos fundos das casas situadas ao longo da orla, onde, encobertas pelas edificações, escapavam da fiscalização. A situação, poucos anos após as obras, na qual as habitações em palafitas dominavam novamente toda a fronteira alagada, produziu uma significativa alteração de postura nas intervenções subsequentes.

Assim, no projeto de urbanização de Novos Alagados, buscando conter o processo contínuo de invasões sobre o mangue, a Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (Conder) instalou uma via de bordo, que contorna todo o perímetro da Enseada do Cabrito (Figuras 13 e 14), isolando a ocupação urbana da área alagada e conectando a área ao sistema viário da cidade. Desta forma, sem utilizar um elemento diretamente associado às relações de segregação e controle, logo evitando suscitar as reações contrárias, ou discussões na mídia, que o projeto carioca experimentou, “ergueu-se” uma barreira simbólica, com efetiva função de controle e contenção da ocupação informal. Esta via, por garantir grande visibilidade à linha de “fronteira” da ocupação, permitindo que seja percorrida e expondo visualmente qualquer iniciativa de expansão em direção ao mangue, logrou estancar a produção de moradias sobre palafitas na enseada, com tal eficácia que o projeto Ribeira Azul decidiu expandir a proposta, criando uma longa via litorânea contínua, através de todo o perímetro da Enseada dos Tainheiros e Cabrito.

Os exemplos, embora bastante distintos em suas características físicas e geográficas, são similares quanto à função primordial, para a qual foram construídos: compor uma barreira simbólica capaz de definir claramente o limite de expansão da favela e por em evidência qualquer atitude de ultrapassá-la. Seja em direção à água ou à mata a expansão é contida, muito mais pela quebra da condição de evolução difusa, “suave” e coletiva da ação, do que pela barreira física propriamente dita.



Figuras 13 e 14: Projeção da Via de Bordo sobre as fotos de 1992 e 2005 de Novos Alagados.
Fonte: Autor, sobre foto da Conder.

Deste modo, com o estabelecimento de limites referenciais claros, a expansão não pode mais ser elaborada através de múltiplas intervenções individuais, postas em prática de forma paralela e gradativa, sobrepondo pequenos acréscimos sucessivos, produzindo uma “deformação” ao mesmo tempo contínua e “suave” da fronteira da favela. A partir de agora, ultrapassar o novo marco fixo significa pôr em prática uma ação pontual e individual, executada em uma condição de grande visibilidade externa.

Retorno das ideias de remoção

Não são apenas estratégias de limitação, controle e suavização das zonas de contato que são tentadas na convivência entre os padrões formal e informal de ocupação do espaço.

Os avanços conquistados, após o esgotamento da política de remoções das décadas de 1960 e 1970, através do processo de redemocratização da sociedade brasileira, tornaram possível a difusão de questões como o direito à cidade, a regularização fundiária e a prática de urbanização de favelas, mas não foram suficientes para vencer os estigmas e produzir uma aproximação social plena, na qual a integração não seja restrita e fortemente hierarquizada.

Desta forma, não impediram que ainda hoje fosse possível identificar vozes dissonantes, se valendo tanto da política ambiental, quanto do combate à violência, para justificarem a defesa de remoções, e do estabelecimento de controles mais restritos e limites rígidos à sua expansão, como forma de manutenção e controle da ordem do espaço urbano.

Estas ações se organizam muitas vezes em torno de outras temáticas, para conferir legitimidade à ação. Atuam, portanto, contra os riscos geológicos ou em prol da conservação ambiental, alegadamente protegendo as matas que são destruídas pela expansão das favelas.

Neste sentido, Rose Compans 2007) cita ações promovidas pelo Ministério Público, intimando a prefeitura do Rio de Janeiro a remover áreas favelizadas que se enquadrariam nas condições de “áreas de risco” ou de “ameaça à conservação ambiental”, demonstrando que, mesmo os limites sendo pouco claros em tais demarcações, e mesmo que apenas algumas moradias se enquadrassem nestas situações, tal fato serviu de motivo para a ação de remoção de todo o assentamento. Para remover estas favelas, o prefeito não precisa mudar a Lei Orgânica. As atuais legislações municipal, estadual e federal permitem que ele faça a desocupação das favelas, o reassentamento dos moradores e a recomposição da vegetação. Se o prefeito não atua, caracteriza-se omissão (O GLOBO, 6 out. 2005 apud COMPANS, 2007, p. 90).

Considerações finais

A urbanização das cidades brasileiras, ao não prever o espaço dos pobres na cidade, deixou a questão nas mãos do embate de forças antagonicamente estabelecidas e estruturadas por ações completamente distintas. Desta forma, apesar do completo desequilíbrio de forças, as táticas empregadas, na tentativa de atendimento às necessidades básicas de moradia e acesso a trabalho e serviços, promoveram uma transformação do espaço urbano, que obrigou a uma situação de coexistência compulsória e permanente. Assim, o “desequilíbrio” gerado pelas táticas de resistência obriga ao desenvolvimento de novas estratégias, na cidade formal, buscando reestabelecer o distanciamento hierárquico e a manutenção do controle social e político.

Apesar das diferenças significativas nas formas de aplicação das ações descritas, todas elas são marcadas por um forte exercício territorial, que busca a homogeneização e a minimização do contato entre grupos distintos que partilham o espaço urbano. É na partilha do espaço que a diferença se torna evidente e a territorialidade aflora mais forte. Esta territorialidade é, todavia, definida no sistema de relações com o que lhe é externo, ou seja, com a alteridade. “Ela está impregnada de laços de identidade, que tentam de alguma forma homogeneizar esse território, dotá-lo de uma área/superfície minimamente igualizante, seja por uma identidade territorial, seja por uma fronteira definidora de alteridade.” (SERPA, 2004, p. 25).

Remover, esconder, delimitar, controlar e segregar são, portanto, variações do mesmo gesto. Ainda que através de intensidades distintas.

Movimentos mais recentes defendem que uma maneira mais socialmente coerente de se manter o controle sobre o espaço urbano, inclusive através da extensão do controle do Estado para dentro do território informal, é através da urbanização deste espaço. Entretanto, o processo de reincorporação desta população e de sua ocupação urbana ao tecido da cidade, logo às suas normas e controles, estabelece, na verdade, novos limites excludentes, além de levantar a questão de até que ponto é válida a imposição de uma estrutura sobre a outra. Ao menos sem que o resultado levasse em consideração componentes das duas partes na estrutura resultante.

Ao mesmo tempo, com o gesto de reincorporação da parcela economicamente fragilizada da população, reposiciona-se a linha segregatória que define quem faz parte, e quem não faz, da cidade oficial. Da mesma forma que, no processo de requalificação urbana das favelas, se instala também um processo de expulsão branca, atingindo aquelas famílias que não possuem condições de manutenção no espaço segundo as novas diretrizes. Reproduz-se desta forma um movimento semelhante ao que produziu a favela pela segregação higienista do início do século, que certamente produzirá igualmente seus mecanismos de resistência.

Tales Lobosco é arquiteto e urbanista pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU/USP), mestre pela Université de Tours, doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia (PPG-AU/FAUFBA) (orientação do prof. dr. Ângelo Serpa) e professor adjunto da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT).

Notas

- ¹ “Favela amarela /Ironia da vida /Pintem a favela /Façam aquarela /Da miséria colorida”, diz a música de J. Junior e Oldemar Magalhães.
- ² Na coluna “Última Página”, da Revista *O Cruzeiro*, de 31 de outubro de 1959, Rachel de Queiroz sintetiza o problema ao defender o proponente da ação: “o homem não é diretor da Sursan, nem da Saúde Pública, nem da Casa Popular, nem da Reabilitação das Favelas. É diretor do Turismo, só. A função dele consiste, apenas, em procurar fazer a Cidade atraente aos olhos dos estrangeiros que nos visitam. [...] as favelas são uma chaga social, uma vergonha, uma tragédia. Mas o diretor do Turismo não é culpado disso, nem tem autoridade para interferir no problema. Ele é unicamente uma espécie de maquilador da Cidade - encarregado de tapar cicatrizes e espinhas, apresentar uma face bonita em cima da velha cara escavacada.” (QUEIROZ, 1959).
- ³ Jeroen Koolhaas e Dre Urhahn.
- ⁴ O Globo, 12 out. 2009; O estado de São Paulo, 12 mar. 2010; Brasil de Fato, 13 set. 2010.
- ⁵ Presidente da Empresa de Obras Públicas (EMOP), responsável pela execução das intervenções no Santa Marta.
- ⁶ A um custo previsto de R\$40 milhões, o projeto inclui a construção de barreiras também nas “comunidades”: Rocinha; Parque da Cidade, na Gávea; Morro dos Cabritos e Ladeira dos Tabajaras, em Copacabana; Morro da Babilônia e Chapéu Mangueira, no Leme; Cantagalo e Pavão-Pavãozinho, em Ipanema; Vidigal, no Leblon; e Benjamim Constant, na Urca.
- ⁸ Autarquia da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, criada em dezembro de 1998, com o intuito de prover subsídios para o aprimoramento das políticas públicas e coordenar a intervenção pública sobre o espaço urbano da cidade do Rio de Janeiro. É vinculado à Secretaria Municipal de Urbanismo.
- ⁹ Estabelecidos entre a favela e suas possibilidades de expansão horizontal, ou seja, em direção à mata ou às áreas alagadas, e não entre as favelas e a cidade, visto que esta já determina um limite à expansão informal.

Referências

- BOURDIEU, Pierre. Efeitos de lugar. In: BOURDIEU, Pierre (Org). **A miséria do mundo**. Petrópolis: Editora Vozes, p. 159-166, 2008.
- COMPANS, Rose. A cidade contra a favela: a nova ameaça ambiental. In: **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**. Rio de Janeiro: ANPUR, v. 9, n 1, p. 83-99, maio 2007.
- DIAS, Patrícia. Da periferia distante à periferia próxima: notas sobre a construção de um bairro popular na região metropolitana de Salvador. In: **GeoTextos**. Salvador: Instituto de Geociências da UFBA, vol. 2, n. 2, p. 87-114, 2006.
- ESPINHEIRA, Gey. **Ferida Aberta - Novos Alagados, Salvador**. 2008. Documentário de Alexandre Apsan Frediani. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=CRaZrLSwcUg>>. Acesso em: 15 jun. 2008.
- GONÇALVES, Marília. Muros da segregação. In: **Observatório - Notícias e Análises**. 10 maio. 2010. Disponível em: <http://www.observatoriodefavelas.org.br/observatoriodefavelas/noticias/mostraNoticia.php?id_content=812>. Acesso em: 7 out. 2010.
- O GLOBO. Governo do Rio começa a fazer muros para cercar favelas. In: **Jornal O Globo**. 28 mar. 2009. Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Rio/O,,MUL1062694-5606,00-GOVERNO+DO+RIO+COMECA+A+FAZER+MUROS+PARA+CERCAR+FAVELAS.html>>. Acesso em: 07 mai. 2010.
- LESSA, Carlos. **O Rio de todos os Brasis**. Uma reflexão em busca de auto-estima. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- MAGALHÃES, Sérgio. Banho de tinta, banho de “civilização”? , fev 2010. In: **Blog Cidade Inteira**. Disponível em: <http://cidadeinteira.blogspot.com/2010/02/banho-de-tinta-banho-de-civilizacao_26.html>. Acesso em: 14 fev. 2011a.
- MAGALHÃES, Paulo. É melhor jogar dinheiro... In: **Jornal O Globo**. 26 Fevereiro 2010. Disponível em: < <http://oglobo.globo.com/opiniao/mat/2010/02/26/e-melhor-jogar-dinheiro-915944795.asp>>. Acesso em: 14 fev. 2011b.
- PERLMANN, Janice. **O mito da marginalidade: favelas e política no Rio de Janeiro**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- QUEIROZ, Rachel. Três assuntos cariocas. In: **O Cruzeiro**. Rio de Janeiro: Diários Associados, outubro de 1959.
- RAMOS, Camila. Ecologia ou exclusão? In: **Revista Fórum**. São Paulo: Revista Fórum, n. 74, maio 2009.
- RIBEIRO, Luiz Cesar. Proximidade territorial e distância social: reflexões sobre o efeito do lugar a partir de um enclave urbano. In: CARNEIRO, Sandra; SANT'ANNA, Maria (Org.) **Cidade: olhares e trajetórias**. Rio de Janeiro: Garamond, p. 43-72, 2009.
- SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. São Paulo: EDUSP, 2007.
- SERPA, Angelo. Espaço público e acessibilidade: notas para uma abordagem geográfica. **GEOUSP - Espaço e Tempo**. São Paulo, n. 15, p. 21-37, 2004.
- SOUZA, Maria. Apontamentos sobre a Maré. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**. v. 9, n. 1, p. 53-68, maio 2007.